

## TERMO DE COMPROMISSO

(Artigo 42, §1º da Lei Complementar nº 30 de 27 de dezembro de 2001,  
texto consolidado em 29 de julho de 2014)

Eu,  brasileiro(a), RG. N

SSP/  e CPF nº , residente à

BAIRRO..

...CEP:

- Cidade/Estado, na qualidade de representante do

(a) **MAIOR INCAPAZ**, o (a) Sr (a)  .., na condição

de  (grau de parentesco) do(a) ex-segurado(a), o (a)

Sr(a)  pelo presente termo comprometo-me perante

o Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV, a prestar assistência adequada ao (a) mesmo (a), enquanto regularizo perante a Justiça a (tipo de ação – tutela, curatela) cujo procedimento já foi iniciado, conforme PROTOCOLO nº  em anexo.

Comprometo-me, também, a apresentar o termo de (curatela ou tutela) no prazo de 06 (seis) meses, sob pena de suspensão dos poderes aqui conferidos e conseqüentemente do direito ao recebimento do benefício pelo dependente por mim representado, podendo, contudo, solicitar a prorrogação do prazo, desde que demonstrada a necessidade ante o procedimento judicial em curso.

Comprometo-me, ainda, a comunicar à **AMAZONPREV** a ocorrência de qualquer evento que possa repercutir na continuidade do pagamento do benefício, bem como anular os deveres aqui assumidos, durante a sua vigência, a contar da data que o mesmo ocorra, principalmente a suspensão da causa de invalidez ou óbito do dependente, mediante apresentação de documento comprobatório.

Estou ciente que o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente quando for o caso, sujeitar-me-à às penalidades previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Manaus,

**Responsável**

### CÓDIGO PENAL

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

ANEXO: RG / CPF e Comprovante de endereço (do representante legal)